

VAN DAM, Denise; NIZET, Jean. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio? In: VAN DAM, Denise; STASSART, Pierre; NIZET, Jean; STREITH, Michel. **Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales**. Dijon (FRA): Educagri, 2012.

ENTRE O LEGAL E O REAL: ASSENTAMENTOS RURAIS DO TIPO PDS NA MACRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

*Thainara Granero de Melo*¹
*Rosemeire Aparecida Scopinho*²
*José Cláudio Gonçalves*³

Resumo: A Agroecologia e a cooperação são as matrizes organizativas que condicionam a realização dos projetos de assentamentos rurais na modalidade PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável). Se a questão ambiental foi o fiel da balança para a implantação de projetos de reforma agrária diferenciados na Macrorregião de Ribeirão Preto-SP e se há um conjunto de elementos que não garante as condições mínimas para a sua realização, que reflexões podemos fazer sobre o processo de implantação da política de assentamentos rurais do tipo PDS nesta região? Que trajetórias percorrem os trabalhadores ao procurarem atender tanto as exigências formais do projeto de assentamento quanto as suas necessidades de sobrevivência? Entendendo assentamentos rurais como espaços sociais e com base em pesquisas empíricas, o artigo apresenta uma reflexão sobre o processo organizativos de quatro PDSs implantados na referida região. Trata da relação dos assentados com os mecanismos institucionais para a implantação do projeto de assentamento e das condições técnicas e sociais de realização da Agroecologia e da cooperação, cujos principais obstáculos tanto se encontram na forma de realização da política de assentamentos rurais quanto na experiência e nas expectativas dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Assentamento Rural; Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Cooperação; Agroecologia.

¹ Douranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). thainaragm@gmail.com

² Professora Associada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. scopinho@ufscar.br

³ Doutor em Sociologia, Núcleo de Estudos Trabalho Sociedade e Comunidade da UFSCar. ze_goncalves44@yahoo.com.br

Abstract: Agroecology and cooperation are the organizational bases to rural settlement's projects execution of the type PDS (Sustainable Development Project). If the environmental issue was the balance to implement the rural settlement projects located in the Ribeirão Preto macro-region, and they have elements combined that don't ensure the minimum conditions to their realization, what kind of reflections can we make about the rural settlement policies? What paths do the workers follow to provide such the formal obligations, as their basic needs? This article presents a reflection about the organizational process of four PDS implemented in this region, by empirical research and understanding the rural settlements like social spaces. It's about the relationship between the settlers and the institutional forms created for rural settlements implementation, and the technical and social conditions to realize Agroecology and cooperation. The main obstacles for their accomplishment are both the way of manage the rural settlement policy and the workers' experience and expectative.

Keywords: Rural Settlement; Sustainable Development Project; Cooperation; Agroecology.

Introdução

Nas últimas décadas a produção agropecuária brasileira incorporou um conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais e com elas as consequências socioambientais do nosso tempo, tornando as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais e a conservação ambiental objeto de preocupações. Os assentamentos de reforma agrária aparecem como espaços potenciais para combinar a reprodução social desses trabalhadores com a conservação dos recursos naturais. Na Macrorregião de Ribeirão Preto - SP⁴, uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do país, não é de hoje que a reforma agrária vem acontecendo em território, tradicionalmente, ocupado pelos produtores de cana-de-açúcar e, diante da busca de soluções para a crise ambiental e de geração de empregos, a organização e gestão de assentamentos rurais ambientalmente diferenciados, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), tem sido objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de

⁴ Compreende as regiões Administrativas de Ribeirão Preto, Central, Franca e Barretos, localizadas no Nordeste paulista, que abarcam 93 municípios.

desenvolvimento socioeconômico.

A implantação destes assentamentos nesta região teve na questão ambiental a equalização para uma série de problemas: os impactos ambientais causados pelas monoculturas, a necessidade de conservar a qualidade das águas do Aquífero Guarani, a condição de intensa pobreza dos trabalhadores rurais e dos moradores das periferias urbanas da região. Aqui, convergiram interesses, tanto da demanda por recuperação ambiental das áreas degradadas pelo cultivo de cana quanto das famílias que projetaram na luta pela terra ter melhores condições de vida e trabalho. Do ponto de vista dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também era fundamental traçar um projeto organizativo de assentamento rural que pudesse contemplar as especificidades desses trabalhadores, migrantes em sua maioria e moradores das periferias urbanas, que articulasse a cooperação e a Agroecologia como mecanismos de reconstrução do campesinato e de enfrentamento político ao agronegócio.

Assentamentos ambientalmente diferenciados, como os do tipo PDS, constituem-se em um regime diferenciado de relação jurídica com a terra. Com o objetivo de garantir o cumprimento da função ambiental, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) definiu que, para estes assentamentos, não há titulação de domínio da terra, mas apenas um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Além disso, a adoção da Agroecologia e da cooperação como matrizes organizativas neste regime contratual aparecem como condições sine qua non para a permanência das famílias no assentamento.

Porém, as condições para realização destas diretrizes não estão devidamente garantidas sendo, inclusive, muito semelhantes nos PDSs os problemas já verificados nos assentamentos tradicionais. Assim, se a questão ambiental poderia ser o fiel da balança para um projeto de reforma agrária diferenciado nesta região, que secularmente vem acumulando um passivo social e ambiental considerável, e se há um conjunto de elementos de ordem política e econômica que não garante as condições mínimas para a sua realização, que retrato podemos construir sobre o processo de implantação da política de assentamentos rurais no caso dos PDSs localizados na Macrorregião de Ribeirão Preto? Que trajetórias percorrem os trabalhadores rurais assentados ao procurarem atender tanto as exigências formais do projeto de assentamento quanto as suas necessidades de sobrevivência?

Neste artigo, coloca-se a questão de compreender a relação que se estabelece entre os trabalhadores rurais assentados e os mecanismos instituídos para

implantação dos projetos de assentamento do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto, especificamente as condições técnicas e sociais para a realização da Agroecologia, enquanto ciência voltada à construção de sistemas agrícolas sustentáveis, e da cooperação como forma para organizá-la. Partimos da hipótese de que essas diretrizes, socialmente desejáveis e absolutamente importantes para a reprodução da vida no planeta na contemporaneidade, encontram os seus principais obstáculos para a realização tanto na forma de implantação da atual política de assentamentos rurais quanto na experiência e nas expectativas dos trabalhadores que demandam terra.

Desde o início dos anos 2000, momento marcado pelas primeiras ocupações do MST nesta região, o Núcleo de Estudo Trabalho, Sociedade e Comunidade (Nuestra) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem se dedicado a estudar o processo organizativo dos PDSs nela localizados, especificamente os assentamentos Sepé Tiarajú, Mário Lago, Santa Helena e 21 de Dezembro. Entendemos os assentamentos rurais como espaços sociais, no sentido dado por Bourdieu (2001), onde a interação dos agentes é permeada não somente de consensos, mas também por conflitos e contradições, cujo processo organizativo deve levar em conta tanto as regras formais e as condições técnicas quanto o conjunto de trajetórias, experiências, memórias e singularidades presentes no cotidiano dos trabalhadores, dado que eles sejam agentes ativos e os principais protagonistas no processo de realização das diretrizes organizativas. As nossas investigações seguem a perspectiva metodológica etnográfica, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores rurais assentados e com base em informações obtidas por meio de análise documental, da realização de observações e de entrevistas. Dialogamos com conceitos da Psicologia Social do Trabalho e da Sociologia ao tomarmos como objeto de estudo o sujeito – trabalhador rural assentado – como protagonista dos processos sociais, os seus pontos de vista, imaginários e significados atribuídos à realidade, mas, sem perdermos de vista os condicionantes históricos e estruturais.

Três elementos-chave conduzem a discussão apresentada neste artigo: a dimensão formal, que diz respeito ao formato e às regras estabelecidas para os assentamentos do tipo PDS; a dimensão produtiva, sobre como a Agroecologia tem sido ensaiada e significada pelos trabalhadores rurais assentados; e a dimensão organizativa, que trata das experiências de cooperação nestes territórios, as formas de organização do trabalho e das outras dimensões da vida cotidiana com base nesses princípios. Destacaremos aqui as características convergentes nos assentamentos estudados, a partir

das quais buscaremos construir um panorama sobre as representações e ações dos trabalhadores rurais assentados nestas três esferas da vida nos PDSs.

Sobre as disputas presentes na escolha das diretrizes e no processo organizativo dos PDSs

A incipiente reforma agrária que vem sendo realizada na Macrorregião de Ribeirão Preto é uma das expressões de um movimento de resistência que brotou em meio às greves e reivindicações do movimento sindical dos assalariados rurais dos setores canavieiros e citrícola pela melhoria das condições vida e trabalho, principalmente a partir dos anos oitenta (FERRANTE, 1991).

No final dos anos noventa, o MST expandiu a sua base de luta neste território, impulsionado pela força política conquistada nacional e internacionalmente desde meados dos anos oitenta, e rearticulou um conjunto de forças sociais em prol da reforma agrária. A chegada do MST deu-se no contexto de uma acentuada crise de emprego nos setores hegemônicos da economia regional, especialmente o canavieiro que elevou, substancialmente, o índice de mecanização das lavouras motivado, por um lado, pelas conquistas de direitos sociais dos assalariados rurais e, por outro, pela redução dos subsídios estatais na era da desregulamentação da economia, entre outros motivos.

Neste momento, ao pensar as diretrizes para o processo organizativo dos assentamentos rurais, o MST partia da ideia de que a luta social pela reforma agrária é também uma luta pela preservação de direitos sociais e da natureza, que não se limita a orientar as práticas dos trabalhadores para a transição agroecológica, mas procura reelaborar as suas identidades sociais com base em valores coletivistas e conservacionistas. A cooperação, como forma de organizar e fortalecer econômica e politicamente os trabalhadores, e a Agroecologia, como forma de desenvolver um sistema agrícola produtivo não predatório, organizam as estratégias de resistência política e cultural ao modelo de desenvolvimento rural vigente. Desenvolvimento rural é definido como um processo que inclui os trabalhadores na negociação permanente sobre as condições de vida no campo; o assentamento não é só um lugar para produzir valores econômicos, mas é também um espaço de convivência e de troca de saberes. Neste ideário, uma visão idealizada e utópica de comunidade coexiste com a avaliação que a tarefa não é simples e passível de execução imediata, que seria necessário o esforço conjunto

de várias gerações para obter não somente uma conversão tecnológica, mas construir uma concepção de agricultura que combine a conservação ambiental e a segurança alimentar com as habilidades profissionais e as características socioculturais dos trabalhadores, porque preservar o meio ambiente é condição fundamental para a sobrevivência no campo.

No estado de São Paulo, esta concepção de reforma agrária e de desenvolvimento rural do MST traduziu-se num projeto organizativo particular, denominado Comuna da Terra. Neste estado, como os demandantes de terra, geralmente, eram os desempregados do campo e da cidade e as áreas passíveis de reforma agrária eram pequenas e próximas dos grandes centros urbanos, a proposta das Comunas visava promover a recampezinação dos desempregados ao gerar possibilidade de gerar trabalho e renda combinando as atividades da pequena agropecuária voltadas para o abastecimento interno e o mercado popular com a oferta de serviços diversos, não necessariamente agrícolas. A ideia era a de fundamentar as práticas sociais nos princípios conservacionistas e associativos, romper com a dicotomia campo-cidade e superar os estereótipos que identificam o trabalhador do campo com a ignorância e o arcaísmo.

Acompanhando este debate e as consequências socioambientais do processo de desenvolvimento no campo, a partir dos anos 2000, técnicos do governo brasileiro e representantes dos movimentos camponeses passaram a considerar os assentamentos rurais de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos de conservação e recomposição dos recursos naturais. À vista desta perspectiva, o Incra criou novas modalidades de assentamentos rurais, entre as quais, o Projeto Agroextrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Os critérios utilizados para implantação desses assentamentos também estão ancorados no conceito de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, tais projetos devem considerar, além dos aspectos econômicos, os fatores sociais e ambientais. As diretrizes estabelecidas para a criação do PDS como modalidade de assentamento rural foram definidas no final da década de 1990, a partir de discussões realizadas entre técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Centro Nacional de Populações Tradicionais e do Incra. Estas discussões foram motivadas pela luta da missionária americana Doroty Mae Stang na Amazônia, que idealizou e defendeu este tipo de assentamento rural para conciliar a demanda das populações tradicionais por terra com a preservação da floresta.

Segundo normas estabelecidas pelo Incra, o objetivo principal de um PDS é conciliar o assentamento de populações tradicionais e pequenos agricultores em áreas de interesse ambiental, com a promoção do Desenvolvimento Sustentável. Para atingir este objetivo, alguns elementos devem ser considerados no processo de implantação, a saber: interesse social e ecológico, extrativismo, agricultura familiar, baixo impacto ambiental, aptidão da área, entre outros, que se concretizam nos projetos com a adoção da Agroecologia⁵ e do associativismo como condição *si ne qua non* para a concessão do direito de uso da terra (BRASIL, 2000).

É importante esclarecer que, quando um assentamento é criado, as famílias firmam com o Incra um Contrato de Concessão de Uso (CCU) provisório, com duração determinada por este órgão, que não transfere a elas a posse da terra e têm validade até que todas as etapas de implantação do assentamento sejam realizadas e o coloque em fase de consolidação. A consolidação é reconhecida pela celebração do Título de Domínio (TD) para a transferência individual do imóvel à família, em caráter definitivo. Este processo é diferenciado no caso dos assentamentos ambientalmente diferenciados (PDS, PAE e PAF), segundo a Instrução Normativa do Incra n. 30/2006 (BRASIL, 2016a), que criou instrumentos específicos e mais adequados às particularidades do processo de titulação titulatário desses assentamentos. A referida Instrução prevê os mesmos procedimentos definidos para a criação dos projetos tradicionais, exceto a concessão do Título de Domínio aos beneficiários na etapa de consolidação, que é substituída pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso da área (CCDRU). A celebração do CCDRU também prevê que a responsabilidade da gestão do território dos assentamentos ambientalmente diferenciados seja compartilhada com o órgão responsável pela política ambiental da região.

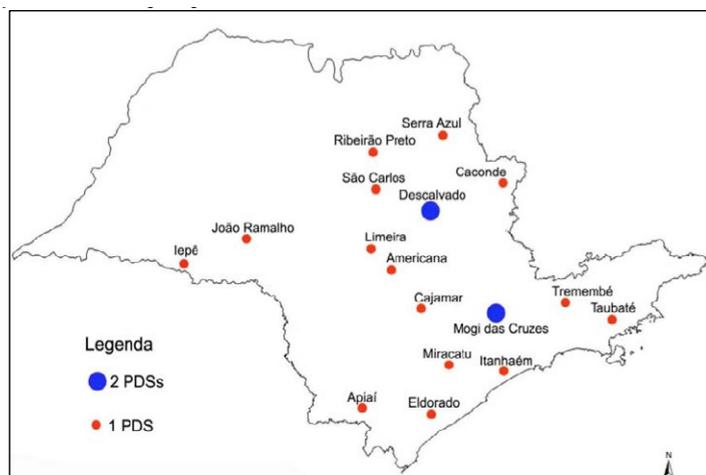
De acordo com dados disponíveis no Sistema de Informação sobre Projetos de Reforma Agrária (Sipra), em 2015, havia no Brasil 129 assentamentos rurais do tipo PDS (BRASIL, 2016b). Do total, 19 estavam localizados no estado de São Paulo sendo que o primeiro deles foi o Assentamento Sepé Tiaraju implantado, oficialmente, em 2006, localizado na Região Administrativa de Ribeirão Preto, que é considerada o coração do agronegócio canavieiro do país.

⁵ Segundo Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia não deve ser entendida como uma nova prática de produção agropecuária, mas sim, como uma área do conhecimento humano que estabelece bases científicas para a construção de modelos sustentáveis de produção agropecuária e desenvolvimento rural. No entanto, o sentido mais recorrente e utilizado neste artigo é o de que a Agroecologia é um sistema de produção que utiliza insumos naturais e uma base técnica não predatória dos recursos naturais e do trabalho humano.

Quando o INCRA iniciou o processo de assentamento das famílias do Sepé Tiaraju, que estavam acampadas desde meados do ano 2000 na antiga Fazenda Santa Clara sob a coordenação do MST, houve divergências entre os técnicos a respeito da viabilidade do projeto, por se tratar de uma região cujo valor imobiliário é elevado, o mercado agropecuário é competitivo e é grande o passivo socioambiental para recuperação das áreas. Para a criação do Assentamento Sepé Tiaraju, um acordo foi possível em torno da opção pelo PDS como modalidade de projeto. As condições essenciais negociadas entre o Incra e o MST foram: a concessão do título de posse (não de propriedade) da terra, para evitar a venda e o arrendamento; o desenvolvimento da produção cooperada e agroecológica para recuperar as áreas degradadas pela monocultura da cana de açúcar; a criação de entidade coletiva para receber os recursos financeiros e realizar a prestação de contas com o Estado e a formação de um comitê gestor do assentamento. Essas condições não eram muito diferentes do que já vinha sendo proposto pelo MST, desde a década de oitenta (ANCA, 2002), mais especificamente a proposta da Comuna da Terra.

O fato é que o Sepé Tiaraju foi o primeiro PDS implantado na Macrorregião e teve na questão ambiental um ponto de convergência entre os negociadores. Apesar de representar uma adaptação de um modelo sugerido especialmente para a Amazônia, a partir de então, outros PDSs foram criados nesta região, como mostra a Figura 1, para oficializar ocupações organizadas pelo MST e outros movimentos sociais.

Figura 1 – Municípios paulistas com assentamentos rurais na modalidade PDS



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil (2015).

Das pesquisas realizadas nos PDSs da região, encontramos características muito semelhantes entre os casos estudados. Sobre o perfil das famílias, Scopinho (2012; 2013) identificou que, no Sepé Tiaraju e no Mário Lago, se trata de trabalhadores migrantes que, entre os anos de 1970 e 1990, vieram, geralmente, da região Nordeste para trabalhar, temporariamente, nas agroindústrias de cana ou laranja, de modo informal e precário. Além das condições materiais de existência, eles perderam as referências culturais e de identidade social e aderiram à reforma agrária, motivados pela expectativa de encontrar um lugar para satisfazer as crônicas necessidades materiais e reconstruir vínculos sociais perdidos no percurso da exclusão. No Sepé Tiaraju, reconstruir o histórico destas trajetórias foi determinante para o processo organizativo e para enfrentar a dificuldade de realização dos princípios da cooperação. Muitos, mesmo depois de assentados, ainda trabalhavam conforme a lógica do trabalho heterogerido, assim como também encontravam obstáculos para superar as relações pessoais de desconfiança, em função das sucessivas frustrações vividas tanto na fase de acampamento quanto no assentamento (SCOPINHO, 2012).

Vasquez (2009) verificou que esta relação conflituosa também tinha suas origens no relacionamento dos assentados com o MST. O compartilhamento de valores e significados entre as famílias e o Movimento no período de acampamento deu lugar, no assentamento, ao rompimento de vínculos e a adaptação dos sujeitos ao mundo administrado. Segundo Severi (2010), os assentados compreendiam que as conquistas vividas estavam diretamente ligadas à participação no MST, o que permitiu reconhecerem-se como sujeitos de direitos e cidadãos. Mesmo com tais mudanças, as subjetividades constituíam-se em um jogo complexo em que resistência e submissão estavam intimamente imbricadas nesta relação, ameaçando a cidadania conquistada.

Para Borelli Filho (2014), os PDSs contribuíram para consolidar os territórios camponeses ao evidenciar as relações sociais em que a mercadoria e o valor de troca não ocupam centralidade nas formas de vida, uma vez que instituem um modelo diferenciado de titulação do assentamento. Entretanto, o desenvolvimento das famílias e de sua reprodução social é comprometido pelo modo populista com o qual o Incra desenvolve a política de assentamento nestes territórios. Neste mesmo sentido, Ramos Filho (2013) analisou que as políticas agroecológicas no PDS fazem emergir as memórias camponesas e mostram o potencial de recampezação das famílias. Mas, este êxito depende da participação ativa das famílias, dos

movimentos sociais e do apoio do Estado e, por isto, trata-se de um processo muito mais político do que técnico.

Para Lavratti (2014), a ausência do Estado na promoção das condições para a realização do PDS pode ser vista, no entanto, como um elemento importante para favorecer um modo próprio de organização das famílias. No caso analisado por Maia (2013), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao exigir a criação de cooperativas e associações para ser acessado, dinamizou o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas das famílias. No entanto, em oposição, o caso analisado por Melo (2015) mostrou que esta condicionalidade foi determinante para alimentar um ciclo vicioso entre a dependência das organizações do assentamento ao PAA, a falta de participação real dos assentados e a concentração de trabalho nas lideranças, atuando como um elemento que ampliou a fragilidade das relações entre os diferentes grupos. A partir deste conjunto de constrangimentos, Gonçalves (2015) argumentou que os princípios da eficiência econômica, de justiça social e de prudência ecológica, não eram contemplados nos PDSs e permaneciam, apenas, como uma retórica socioambiental ao serem confrontados com a realidade cotidiana.

Deste balanço dos estudos podemos observar que são muitos os desafios enfrentados nos PDSs, especialmente no que diz respeito às incongruências do modo de realizar a política de reforma agrária. Ainda que o seu regime jurídico diferenciado e a sua matriz organizativa sejam proposições importantes para o resgate de sentidos comunitários de reciprocidade e de reconciliação da agricultura com o meio ambiente, os estudos nos permitem supor que as especificidades organizativas dos PDSs são diluídas em meio aos mesmos problemas estruturais já identificados pela literatura que trata dos assentamentos rurais do país.

O Instituto de Pesquisas em Economia Aplicada - Ipea (BRASIL, 2013) reconheceu que o modelo PDS, tal como foi definido pelo Incra para as áreas de extrativismo da região Norte do país, só seria viabilizado em São Paulo se, antes, os assentamentos passassem por um longo tempo de investimentos e concentração de esforços para recuperação dos solos degradados pela monocultura. O Instituto também elencou quais foram as ações, por parte do Estado, para viabilizar e facilitar a implantação dos PDSs nas regiões de monocultura da cana-de-açúcar. O PDS prescindiu da concessão do licenciamento ambiental, por exemplo, para que não se convertesse em mais um obstáculo para as famílias, dado o contexto político já muito desfavorável para a reforma agrária. O processo de liberação dos créditos para instalação

e de fomento da produção também foram aplicados com maior rapidez, segundo o órgão, e desencadeou outras ações de infraestrutura, como a construção de moradias, impulsionando o acesso dos sujeitos aos direitos sociais básicos e à cidadania.

No entanto, o IPEA também reconheceu alguns limites, especialmente a priorização da política de créditos em detrimento de outras ações para a garantia de direitos básicos aos assentados. Segundo o Ipea (BRASIL, 2013), a política de créditos não só é insuficiente para dar conta de todo o processo de estruturação das famílias porque, tal como foram concebidas e aplicadas, elas acabaram por substituir direitos, ou como descrevem: “(...) subordinar a prestação de serviços por parte do Estado a uma contrapartida onerosa com a qual a família é obrigada a arcar” (p. 20). Este “longo tempo de investimentos e de esforços” não se desenrolou enquanto um processo contínuo de implantação das políticas públicas para que as especificidades do PDS fossem valorizadas como modelo organizativo de assentamentos rurais, uma vez que o Estado priorizou o fornecimento de créditos em detrimento dos investimentos em dispositivos básicos para as comunidades. Ou seja, as famílias pagaram pelo que deveriam ter recebido como direito.

Se o desenvolvimento do projeto de assentamento encontra seus limites na burocracia, na insuficiência de recursos financeiros e na dificuldade para conciliar os diferentes interesses dos trabalhadores, ele também contribui, lentamente, para o processo de reelaboração e de recriação de estratégias de reprodução da vida. Entre sentidos contraditórios e práticas possíveis, o problema é que a vivência dos princípios da Agroecologia e da cooperação ocorre na provisoriamente de assentamentos cujo projeto permanece, em grande parte, no papel. Na sequência, analisaremos quais os caminhos percorridos pelos assentados dos PDSs estudados e como estes sujeitos reagem (ou não) aos entraves existentes no processo organizativos desta modalidade de assentamento na Macrorregião de Ribeirão Preto.

A dimensão formal

Nos assentamentos do tipo PDS, a Norma de Execução 96/2010 (BRASIL, 2016c) estabelece que a celebração do contrato de concessão deve acontecer entre o Estado e uma entidade coletiva (cooperativa ou associação) eleita pelos assentados para representá-los, que deverá gerir os acordos firmados no CCDRU e que tenha parecer favorável do Incra. A

natureza desta relação jurídica impede que haja o parcelamento das áreas do assentamento, como ocorre nos projetos de assentamento tradicionais. Ao invés disso, elabora-se um plano de gestão coletiva de uso que, assim como a organização das áreas de produção e de moradia, também é de responsabilidade de uma organização eleita pelos assentados.

No Sepé Tiaraju, o acordo formalizado no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) previa uma série de compromissos firmados entre o Incra e os assentados. Este foi o primeiro instrumento que estabeleceu as responsabilidades das partes e definiu a organização com a qual o Incra deveria celebrar o CCDRU. Outras responsabilidades referiram-se a implantação de estradas, sistema de abastecimento de água potável, energia elétrica, tratamento de esgoto e rede de telefones públicos. Por parte dos assentados, além de cumprir a regra de produção agroecológica, os seus compromissos eram promover a recomposição das áreas de Reserva Legal, seguir as normas de conservação do solo e implantar programas de formação para o trabalho coletivo.

Os assentados tinham uma expectativa de que o PDS teria prioridade para receber recursos financeiros em relação aos demais tipos de projeto de assentamento tradicional, uma vez que a urgência pela recuperação ambiental da área e a novidade da proposta de um assentamento deste tipo em uma região como a de Ribeirão Preto exigia uma maior dedicação por parte dos agentes públicos. Mas, as expectativas com as possíveis vantagens que um assentamento do tipo PDS representava converteram-se em frustração. O acesso facilitado aos recursos de infraestrutura e o fornecimento de assistência técnica especializada ficaram na promessa, segundo os assentados. Até mesmo o contrato de concessão de uso que estava previsto no TAC para ser celebrado pelo Incra não aconteceu e as famílias não possuíam qualquer documento que atestasse a titulação coletiva da terra. Isto tanto dificultava o acesso às linhas de crédito que exigiam esta documentação, quanto também alimentava o sentimento de insegurança pela indefinição da situação jurídica do assentamento.

O TAC passou a ser considerado pelos assentados um instrumento sem utilidade diante dos poucos compromissos concretizados por parte do Incra. Acreditavam que os dispositivos legais eram aplicados com rigor em relação aos seus deveres, como no caso das regras de produção agroecológica. O que, por outro lado, dificilmente ocorria em relação ao cumprimento das responsabilidades do Estado como, por exemplo, fornecer condições de infraestrutura para o abastecimento de água potável. Em decorrência disso,

muitas famílias optaram por aplicar os primeiros créditos acessados para o fomento da produção em obras de melhoria em infraestrutura. Houve casos em que a canalização da água das nascentes existentes no assentamento foi construída de modo improvisado e viabilizada pelas próprias famílias, com material que tornava a água imprópria para o consumo humano.

A opção pelas políticas de crédito como o carro chefe da política de reforma agrária, mesmo para o caso dos PDSs, foi um problema apontado pelo relatório do Ipea (BRASIL, 2013) e muito evidente nos casos estudados. Esta dinâmica de aplicação dos recursos gerou um impasse, pois não só há a dificuldade dos assentados para obter outras linhas de crédito, como também há o temor de acessá-las e aumentar o endividamento. A insuficiência de recursos para implantar a infraestrutura dos assentamentos impôs limites para que as famílias conseguissem satisfazer suas necessidades básicas e enfrentar o desafio técnico e cultural de trabalhar conforme as diretrizes da Agroecologia e do associativismo.

O MST avaliou o TAC como um instrumento que contribuiu para o processo de formação e de cobrança do cumprimento dos deveres das famílias. Por outro lado, também reconhecia que não havia perspectiva de que as responsabilidades firmadas neste instrumento fossem plenamente cumpridas pelo INCRA:

[...] houve alguns processos da gente notificar e não ter um retorno, de situação de não cumprimento do tempo. Eu acredito que a gente precisaria dar uma retomada nesse diálogo [com o Ministério Público]. Eu acho que deu uma esfriada, mas nós aqui do MST estamos seguindo o TAC ainda [...] estamos sendo rigorosos (Relato de representante do MST).

O processo de escolha da modalidade de PDS para os assentamentos estudados também sinalizava as assimetrias de poderes e a falta de diálogo existente nos processos de organização de assentamentos rurais de reforma agrária no Brasil. Indagados sobre a participação nas discussões sobre a escolha do PDS como modalidade de projeto, alguns assentados revelaram desconhecer as suas diretrizes, sobretudo, naquilo que dizia respeito à titulação da terra. Apesar de terem assinado, também não estava claro qual era exatamente o teor do TAC e dos acordos nele estabelecidos. Isto também indica que não houve um amplo debate entre os assentados sobre as diferenças do PDS em relação às outras modalidades de assentamento rural utilizadas pelo Incra.

A dimensão produtiva

Se sobravam críticas das famílias quanto à fragilidade do TAC, elas também estendiam-se à ausência de condições mínimas para que a Agroecologia pudesse ser adotada como matriz produtiva. A regra de proibição de utilização de produtos químicos, o uso racionalizado da água, a dificuldade de recuperar o solo e a falta de uma assistência técnica adequada e constante compunham um conjunto de dificuldades, o qual os assentados não se sentiam em condições de enfrentar adequadamente.

O desânimo provocado pelos problemas também dificultava o processo de transição da agricultura tradicional para sistemas alternativos Agroecológicos. Os assentados possuíam certa experiência para trabalhar com agricultura tradicional, mas não com a agricultura agroecológica, o que era fonte de conflitos porque o TAC impunha as regras de produção, mas não as condições que o Incra, responsável pelo projeto de assentamento, deveria oferecer para que eles as cumprissem. Neste sentido, a agricultura tradicional permanecia priorizada e valorizada por ser compreendida como o conhecimento herdado pela família e pela possibilidade de obter resultados mais previsíveis:

Isso eu aprendi na própria terra com meu pai lá em Minas Gerais [...] Isso ai é um conhecimento antigo que vem dos nossos bisavôs, avôs. Então, a gente puxa isso [...] Eu fiquei com meu pai até os 16 anos, mas eu aprendi muita coisa com meu pai, porque lá em Minas Gerais, naquela época, você com oito anos já tinha a sua enxadinha para você ir para o serviço (Relato de Assentado, PDS Santa Helena).

Os assentados também não entendiam exatamente onde estavam as diferenças e as semelhanças entre a Agroecologia e a agricultura tradicional. Agroecologia era algo vindo de fora, deles, e tanto era sinônimo de plantio de árvore, reflorestamento, quanto era uma prática agrícola que não se realizava sem orientação técnica e investimento adequado, como revelou um dos entrevistados:

Eles querem tudo orgânico. E se não tem ninguém para dar orientação? Como essa lavoura vai? Se quer lavoura orgânica no lugar tem que ter o técnico para orientar. Se não tem essa pessoa? Como a senhora vai conseguir produzir numa terra se não tem orientação do jeito que eles querem. Se falar assim: 'vai trabalhar do seu jeito'... Minha filha, as minhas coisas eram outras. Se disser: 'planta do seu jeito' eu garanto que as minhas coisas estavam diferentes (Relato de assentado, PDS Sepé Tiaraju, grifos nossos).

No cotidiano, a Agroecologia adquiria um caráter de experimentação, ensaiada por intuição e pela combinação dos conhecimentos tradicionais com as experiências de tentativa e erro. Se, muitas vezes, nas orientações e cursos sobre Agroecologia as famílias pareciam concordar e compreender as regras, na prática, elas desconfiavam das orientações e tensionavam o processo forjando um jeito próprio de organizar a produção.

O MST também se preocupava com a dificuldade que tinha para concorrer com a concepção de Agroecologia própria das famílias e dos responsáveis pela oferta da assistência técnica, segundo relatou um de seus representantes. Na sua opinião, grande parte dos problemas que os assentados enfrentavam na produção agroecológica devia-se ao modo como o serviço de assistência técnica, contratado pelo Incra, participava do processo. Atribuía isto mais a uma tensão entre a concepções de Agroecologia defendida pelo MST e aquela defendida pelos técnicos, do que à falta de conhecimento que colaborava para a reprodução da agricultura tradicional. Para minimizar este problema, a solução encontrada pelo Movimento tem sido usar do conhecimento de técnicos formados dentro do próprio assentamento.

Os assentados afirmavam que as orientações técnicas eram insuficientes para lidar até mesmo com problemas corriqueiros da produção agrícola. Devido à novidade e à amplitude do conhecimento agroecológico, a imprevisibilidade e a diversidade dos problemas dificultavam resolver até mesmo os mais comuns, como a presença de pragas na lavoura. Para os assentados, a inadequação do serviço de assistência técnica, juntamente com a falta de insumos adequados, promoveram perdas significativas da produção durante muitos anos.

Do ponto de vista do representante da empresa de assistência técnica contratada pelo Incra, os maiores problemas para a realização da produção agroecológica decorriam da falta de uma infraestrutura de irrigação.

O modelo de PDS é fantástico. Mas como eles vão viver sem água? Então são incoerências que eu enxergo. Se ele não tem água, ele vai ser obrigado a pegar muitas vezes sem outorga, sem estar cumprindo certinho, ou então fazer uma perfuração... "Ah, mas por que ele não se regularizou em relação a perfuração?" Por que quando ele foi buscar informação lá no DAEE, viraram as costas para ele. E se ele lutou até hoje para ele estar lá, como ele vai desistir de uma hora para outra por alguém que virou as costas para ele, sendo que ele enfrenta um monte de desafios e nunca virou as costas aos desafios? (Relato do representante do serviço de assistência técnica).

O entrevistado referia-se a uma das regras previstas no TAC para os PDSs, sobre a proteção do lençol freático, e por isto o Incra não autorizava a perfuração de poços artesianos, o que dificultava e, em certos casos, até inviabilizava a irrigação das lavouras. Para ele, esta incoerência, somadas ao descaso do poder público, era um dos motivos pelos quais não se podia cobrar dos assentados que cumprissem os acordos firmados no TAC.

Sobre as demandas de orientações técnicas, o representante destacou que elas partiam das famílias sob a forma de solicitação por melhorias de infraestrutura, viabilização de créditos e alternativas em relação à produção, mas não foi mencionada a especificidade da Agroecologia como prestação de serviço. Já as famílias queixavam-se de que o trabalho da assistência técnica restringia-se a questões burocráticas, como a realização de relatórios, protocolos de comercialização e prestações de contas ao INCRA. As orientações técnicas relativas à Agroecologia ficavam em segundo plano. Um assentado opinou que seria preciso estabelecer uma relação mais assertiva e propositiva com os técnicos “(...) assistência não é problema, eu vou atrás e pergunto. Tem muitos que querem que o técnico adivinha mas, ele não adivinha (Relato de assentado, PDS Sepé Tiaraju)”.

A comercialização dos produtos era outro obstáculo enfrentado pelos assentados. Muitos produtos entregues nos bancos de alimento eram devolvidos, pois o aspecto visual não agradava os responsáveis pela recepção deles. Apesar de existirem leis e incentivos à produção agroecológica, na prática, os produtos bem aceitos eram aqueles que, esteticamente, estavam em conformidade com os padrões da agricultura convencional. Na venda direta, os assentados também lidavam com esta resistência dos consumidores.

A proibição de usar insumos químicos na produção algumas vezes era burlada, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na aquisição dos insumos orgânicos e da falta de conhecimento técnico.

(...) é proibido usar veneno, tipo Rand Up, nenhum. Aqui, se chegar um besouro e você tem que dizer: meu Deus me protege! E Deus manda uma chuva para lavar tudo. Existe aquela praga e é por isso que usa veneno. Muitos usam venenos porque as pragas são tantas, mas aqui onde estamos não pode. Teve um tempo que vinha um negócio que roia o milho, mas o pai divino é bom, não é? Ai levou tudo. (...) eles [os técnicos] andam explicando: o tipo de bicho, as qualidades dos bichos, das coisas. Usa agroecologia, vai fazer o que? Conheci aqui tudo aqui é agro ... Vai fazer o que? Não pode [usar produtos químicos] ... É muito difícil manter a roça sem ter uma quimicazinha no meio (Relato de assentada, PDS Sepé Tiaraju).

Alguns assentados consideravam que era muito difícil produzir neste Sistema, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na compra dos insumos orgânicos, conforme salientaram os assentados:

O orgânico é muita coisa comprada, vai farelo de trigo, farelo de arroz, e não sei mais o que, tudo comprado na casa agropecuária (Relato de assentada, PDS 21 de Dezembro).

A turma fala em orgânico, mas o orgânico fica mais caro hoje, tem defensivo orgânico que é três vezes mais caro, bem mais caro (Relato de assentado, PDS 21 de Dezembro).

A pulverização aérea dos canaviais que cercam os PDSs também comprometia a manutenção da produção sem a utilização de agroquímicos. Fora isto, a questão ambiental pouco avançou em termos de recuperação das áreas de preservação e de reserva legal. Os assentados reclamavam da falta de fiscalização dos órgãos públicos sobre os constantes incêndios que destruíram as áreas de reservas legal e as de proteção permanente existentes dentro dos assentamentos.

Apesar de haver muitos problemas, os assentados reconheciam as vantagens da Agroecologia. A recuperação gradativa da terra, o retorno dos animais silvestres e a qualidade dos alimentos eram alguns dos ganhos destacados. Para um dos entrevistados, havia também um forte sentido de reconhecimento social proporcionado pela mudança de concepção de agricultura:

A gente não tinha uma orientação técnica nesse sentido, do como fazer... então, na época que peguei o lote, eu fiz um monte de besteira, meti o trator, gradei toda a terra, plantei milho, fiz monocultura. E aí fui aprendendo, eu tinha outra concepção de Agroecologia. Hoje, assim... Eu já tenho uma experiência bacana, o lote aqui é bastante visitado, da experiência um pouco que a gente tem. E tenho buscado cada vez mais uma qualificação nesse sentido (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Outros opinavam que era justamente pela questão ambiental que o PDS poderia dar mais garantias de permanência das famílias nos assentamentos, pois ao prever a posse da terra, evitaria que a área fosse reincorporada pelos produtores de cana-de-açúcar, por exemplo, por meio dos contratos de arrendamento de terras. Mas, para tornar a Agroecologia um sistema produtivo possível era necessário, antes, que a segurança da posse se tornasse realidade.

A dimensão organizativa

Do ponto de vista dos movimentos sociais, especialmente o MST, ao lado da Agroecologia, a cooperação compõe um projeto de construção de condições de trabalho mais autônomas e que permite o resgate dos vínculos sociais das famílias, fragmentadas pela migração e pelas trajetórias de trabalho precário. Já no formato institucional, além da regra de uso coletivo da terra preconizada pelo PDS, o associativismo acompanha uma tendência da política pública de reforma agrária e da agricultura familiar, para condicionar o acesso aos programas de créditos e de comercialização, como forma de otimizar o repasse de recursos e garantir a prestação de contas. Esta diferença substantiva nas representações sobre cooperação, o confronto delas com a reprodução das tradicionais práticas organizativas, tanto dos técnicos quanto dos militantes do MST, e ainda com as experiências cooperativistas nem sempre bem sucedidas vivenciadas pelos trabalhadores, estão na base dos problemas enfrentados no processo organizativo dos assentamentos do tipo PDS.

Desde a criação dos PDSs na Macrorregião de Ribeirão Preto, os assentados vivenciaram diferentes formas de cooperação, desde o acesso coletivo aos primeiros créditos destinados à produção e à moradia, a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e o reflorestamento das áreas de conservação ambiental em regime de mutirão e, finalmente, a fundação de cooperativas e associações para acessar os mercados institucionais. Estas primeiras experiências deixaram marcas no modo como os assentados descreveram suas opiniões a respeito do trabalho cooperado, evidenciaram conflitos e divergências. Por outro lado, a dura experiência também foi lembrada como um importante aprendizado sobre o modo de funcionamento das instituições públicas e das relações interpessoais.

As opiniões sobre a cooperação revelavam contradições, sobre as quais os assentados se referiam como “trauma do coletivo”, bem como a “necessidade de maior união”, pois sem a cooperação, o assentamento não avançava. Tais ideias transitavam entre o significado de maior possibilidade de sobrevivência econômica e de aprendizado do trabalho solidário, como também evidenciavam as divergências existentes entre valores individualistas e coletivistas.

As formas de cooperação informais e espontâneas eram as mais diversas e reatualizavam a história dos vínculos construídos no período do acampamento. Funcionavam, especialmente, como um sistema de

assistência social próprio, que envolvia a troca e doação de alimentos e de sementes, o intercâmbio de saberes e de técnicas de manejo agroecológico até a ajuda mútua entre vizinhos e parentes nos afazeres cotidianos e no cuidado com as crianças, os doentes e os idosos. Mas, na prática e no espaço institucionalizado, havia a percepção de que as desigualdades prevaleciam assim como também as relações de poder e de subordinação, tal como as vivenciadas anteriormente ao assentamento, nas experiências de trabalho dividido e heterogerido.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, criou uma nova dinâmica econômica e política nos PDSs. Nestes Assentamentos, houve um processo de expansão da fundação de cooperativas e organizações propulsionadas pelo Programa e estimuladas pelos técnicos do Incra. Uma parte destas organizações foram formadas por famílias que mantinham relações de afinidades, o que foi importante não só do ponto de vista relacional, mas também contava como estratégia para facilitar a chegada de recursos e descentralizar o processo de tomada de decisões. Por outro lado, a fragmentação do assentamento nestas várias organizações representava uma escala muito pequena para aproveitar as vantagens econômicas e políticas de negociação no mercado.

A necessidade de criação destas organizações para acessar o PAA também alimentou a competitividade interna, pois as organizações passaram a disputar, entre si, a adesão das famílias aos seus quadros societários. Um grande número de famílias em uma organização significava não só um volume maior e mais diversificado de produtos agrícolas que poderiam ser comercializados, como também mais recursos (financeiros e humanos) para facilitar o acesso a outros editais de financiamento destinados às organizações de agricultura familiar. As disputas acirravam-se, e as dificuldades de negociação e união entre as organizações repercutiam na construção de um projeto comum para o assentamento.

A comercialização direta não passava pelas organizações, ficando a cargo das estratégias internas de cada família. Nas diversas entrevistas realizadas, as cooperativas ou associações eram lembradas apenas como intermediadoras da comercialização com os mercados institucionais. A gestão administrativa ficava a cargo dos dirigentes que se queixavam da sobrecarga de trabalho, sobretudo da burocracia estatal que os impedia de procurar novos canais de comercialização, mas que se perpetuavam nos cargos e reproduziam a cultura associativa tradicional e típica da nossa sociedade. Apesar dos pesares, permaneciam nestas posições por assumirem novos papéis de lideranças nos

assentamentos, aproximando-se de outras esferas de reconhecimento sem que para isto precisassem da intermediação do movimento social. Esta condição foi retratada por um presidente de cooperativa:

Eu tenho abraçado mesmo, representando o povo. E corrido atrás. Então tem uma reunião, eu estou deixando as coisas para fazer e estou indo. Até o meu lote eu tenho dificuldade pra executar hoje, às vezes, precisa de pagar alguém para me ajudar. Porque eu estou deixando o meu para cuidar do coletivo, é o que todos tinham que fazer. Eu não tenho a cooperativa como um instrumento de benefício próprio. Tenho a cooperativa como uma organização que nós fundamos e que ela é para ir para frente. Eu era uma pessoa desconhecida, tá? Eu não era conhecido, nem do movimento social e nem de ninguém. Eu era um acampado do barraco como um outro qualquer (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Esta relação era vantajosa, segundo os assentados, pela comodidade que proporcionava, especialmente porque seus representantes operacionalizavam toda a burocracia dos programas acessados, com a qual as famílias se sentiam despreparadas para lidar. A cooperativa também representava uma estrutura para a qual os assentados poderiam recorrer, ainda que de modo incipiente, para acessar recursos de melhoria da infraestrutura. As vantagens da cooperação formal estavam relacionadas ao uso mais racional de alguns recursos, como também ao maior controle que os assentados poderiam ter sobre o tempo dedicado ao trabalho no próprio lote.

A criação de um projeto de organização que tivesse como horizonte as relações de trabalho e de poder menos assimétricas estava longe de se concretizar. O fato de grande parte dos assentados trabalharem na cidade para garantir o sustento da família ou mesmo juntar recursos para investir na produção e em infraestrutura comprometia este projeto. Enquanto os assentados permaneciam nessas diferentes atividades⁶, as organizações eram vistas como coisa alheia, apenas como intermediadoras das relações com os mercados institucionais e objeto de responsabilidade dos dirigentes. Esta forma de relacionar-se poderia ser transformada, segundo os dirigentes e as próprias famílias, por meio da agroindustrialização dos produtos. A constituição de espaços para

⁶ Scopinho (2016), considera este processo em curso do ponto de vista da reproletarização dos trabalhadores assentados, quando eles permanecem dependentes de trabalhos rurais e/ou urbanos, geralmente temporários e precários, para compor a renda familiar e garantir a sobrevivência no lote. Diante da insegurança social vivida nos assentamentos, os trabalhadores estabelecem a ida e vinda diária entre cidade e o campo, entre o trabalho e a moradia. Este é outro processo preocupante do ponto de vista da consolidação dos assentamentos, pois aponta ainda mais para as fragilidades da política de reforma agrária no país e pode ameaçar o futuro dos assentamentos rurais.

o beneficiamento da produção era projetada como a grande “virada” para as organizações, pois além de garantir novos canais de comercialização, também promoveria maior participação e ânimo das famílias:

O PAA, esses programas, dão uma comodidade. Muito bom os programas, agora, eles dão uma certa comodidade em relação a isso. Eu acredito que, a hora que a gente conseguir dar esse salto para pequenas agroindústrias, para venda direta, outros canais de comercialização, isso vai chamar mais a atenção para essa questão. Porque é muito cômodo, produzo, coloco lá, o caminhão passa... e aí, reclamar, as pessoas reclamam muito, mas não participam (Relato de assentado, PDS Mário Lago).

Com a contribuição de projetos que disputam editais para acessar recursos públicos, as organizações têm angariado avanços importantes para a construção destas estruturas e para aquisição de equipamentos. Mas, esta expectativa apontava para outro desafio: era preciso “ver para crer”. Só após ter elementos concretos de melhorias na infraestrutura do assentamento e das organizações é que os assentados se sentiriam mais seguros para investirem na produção para o beneficiamento. Ocorre que a inserção no mundo dos negócios, da maneira como intencionavam, exigia planejamento e uma dose de risco. As experiências traumáticas vividas anteriormente com as cooperativas, contribuía para essa desconfiança, ao mesmo tempo em que alimentavam certa paralisia do grupo para tomar decisões próprias, sem o intermédio de agentes externos, para planejar o futuro das agroindústrias.

E como este é um processo dinâmico, de avanços e retrocessos, outras iniciativas vão surgindo como estratégia para resgatar a organização coletiva e tentar vencer a dependência dos mercados institucionais, como a comercialização de cestas de produtos agroecológicos, produzidos coletivamente, e vendidas diretamente aos consumidores.

Considerações finais: um balanço ainda em aberto

A implantação dos assentamentos rurais no território canavieiro na região de Ribeirão Preto foi um marco da luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais. Sua forte carga simbólica e política representou o enfrentamento ao domínio do agronegócio sucroenergético e a busca por melhores condições de vida e trabalho. Com base em observações de campo, entrevistas e informações coletadas ao longo de nossas pesquisas, podemos afirmar que esses assentamentos vêm garantindo a reconstrução de relações

sociais e o resgate de diferentes sentidos, como o de moradia, de relação com a natureza e o de autoestima dos assentados. No entanto, estes assentamentos, mesmo sob a insígnia do PDS, ainda não transformaram, estruturalmente, as condições de degradação ambiental existente nesses territórios ou as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas.

No quadro a seguir sintetizamos as relações estabelecidas entre princípios, realidade e perspectivas dos sujeitos, de acordo com cada eixo de análise sugerido neste artigo.

Quadro 1 – Síntese comparativa entre as condições propostas para a realização do PDS, as condições reais e as perspectivas dos assentados.

	Princípios	Realidade	Assentados
Dimensão Formal	<ul style="list-style-type: none"> • Titulação de posse para assentamentos ambientalmente diferenciados • Condições de realização do PDS: Agroecologia e cooperação • Plano de uso coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Celebração do Tac para definição das responsabilidades e garantir realização das diretrizes do PDS • Falta de documento que ateste a concessão de uso para as famílias • Condições de infraestrutura não foram realizadas seguindo os acordos e prazos do Tac. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não acessam novos créditos / temor do endividamento • Créditos utilizados para investimento em infraestrutura • Sentimento de instrumentalização: Tac é rigoroso só com os assentados • Preocupação com a insegurança jurídica e com o futuro
Dimensão Produtiva (Agroecologia)	<ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia como matriz produtiva mais adequada às necessidades de recomposição ambiental • Restrição de uso dos recursos naturais • Assistência técnica adequada • Expectativa de resgate dos vínculos das famílias com a terra / resgate da identidade camponesa • Variedade da produção e segurança alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura incompatível • Assistência técnica restrita ao serviço administrativo • Alto custo dos insumos • Desvalorização estética dos produtos • Contaminação da produção pelos canais do entorno • Pouco avanço da recomposição das áreas • Dimensão temporal: médio e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> • Divergências entre concepções: imposição; reflorestamento; resgate da natureza; qualidade dos alimentos; condição para manter as famílias na terra • Agroecologia é ensaiada conforme as intuições • Saber tradicional ainda é priorizado pelas famílias • Dificuldades de resolver problemas simples da produção • Adaptação das regras de produção
Dimensão Organizativa (Cooperação)	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de eleição de uma organização para gerir o CDRU • Forma de consolidar a coletividade e racionalizar os recursos • Espaço de convivência e reelaboração de identidades coletivistas • Horizonte de trabalho autônomo e emancipatório • Visão idílica sobre os relacionamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetórias de trabalho precário / migração • Divergências no uso dos recursos coletivos • Cooperativas como obrigação para acessar recursos, créditos e mercados institucionais • Criação de várias cooperativas • Dificuldade de acessar outros mercados / dependência do PAA 	<ul style="list-style-type: none"> • Coletivo: "trauma" X "necessidade" • Cisão entre cooperação formal e cooperação informal • Cooperação informal: sistema de trocas, de assistência social • Cooperação formal: mercado institucional, comodidade, instrumentalização • Competição interna por recursos • Agroindústria: "virada" econômica e social das organizações • Cestas agroecológicas: novas estratégias

Fonte: Autores, com informações obtidas por meio de trabalho de campo.

A análise das dimensões envolvidas no processo organizativo dos assentamentos tipo PDS, sintetizada no Quadro 1, nos permite observar que existe uma série de descompassos entre as diretrizes preconizadas e a vivência cotidiana dos trabalhadores rurais assentados. Esta divergência se dá tanto pela dificuldade dos assentados de reconhecerem-se nestes processos, já que poucos participaram destas decisões, quanto decorre do modo fragmentado e desarticulado com que as políticas públicas têm chegado nestes espaços. Assim, é comum verificar nos assentamentos a reprodução de antigas práticas de trabalho que não alteram, estruturalmente, as condições de vida e de trabalho. A falta de acesso aos dispositivos básicos e a descapitalização das famílias são contidas por uma série de estratégias de sobrevivência compostas pela manutenção da pequena produção, pela reproletarização, geralmente no trabalho informal e precário, pela dependência dos programas de políticas públicas compensatórias e incertas, tais como o PAA e os de Transferência de Renda, entre outros.

Do ponto de vista legal, o CCDRU é um instrumento jurídico fundamental para conter os avanços do agronegócio para as áreas de assentamento, pois pode assegurar a permanência das famílias e garantir o cumprimento da função social da terra. Por outro lado, a falta de uma definição para a celebração deste Contrato coloca os assentados em situação de insegurança, além de comprometer a continuidade de investimentos das fases necessárias para a realização dos PDSs e a efetivação de um projeto que permita maior autonomia e a segurança real das famílias. O descompasso institucional amplia os impasses, dificulta o controle social do cumprimento das responsabilidades firmadas no TAC e amplia as dúvidas e incertezas a respeito do futuro dos assentamentos. Esta indefinição sobre o futuro deixa o assentamento em um vazio institucional, já que a maior parte das políticas e programas não contemplam as especificidades do tipo de projeto de assentamento e muitos recursos exigem a titulação da terra para serem acessados. Principalmente, os assentados sofrem com a insegurança e o temor de perderem a terra.

E se no passado a questão ambiental foi o ponto de convergência para a viabilização destes assentamentos na região, atualmente, ela sinaliza para uma série de conflitos em decorrência da falta de correspondência entre as exigências de produção e as condições técnicas e sociais para realizá-las. Esta questão indica que há necessidade de se investir em assistência técnica e num conjunto de programas de crédito compatíveis com as especificidades de um tipo de produção agrícola que conserve os recursos naturais.

Outro fator importante que deve ser considerado diz respeito à dimensão temporal envolvida nos processos de transição agroecológicos. Na região de Ribeirão Preto, a mitigação dos impactos socioambientais causados pela economia canavieira é um processo de médio e longo prazo, que diverge das demandas imediatas das famílias, da fragmentação e da desarticulação do processo de implantação das políticas públicas. Em relação ao processo organizativo, os assentados lançam mão de diferentes estratégias para suprimir as condições precárias de infraestrutura, seja recorrendo aos créditos destinados à produção, ou pelas atividades precárias realizadas na cidade como forma de complementar a renda. O PAA, embora seja um importante canal de comercialização, por outro lado, alimenta uma série de incertezas em relação à continuidade dos contratos ou aos constantes atrasos nos pagamentos. O Programa também colabora para a criação compulsória de cooperativas e associações que são rechaçadas, do ponto de vista da cooperação formal, e acabam sendo instrumentalizadas pelos sujeitos como forma de acessar recursos que só são viabilizados desta maneira. Se, de um lado, as cooperativas dão certa unidade aos assentamentos, o modo como são impostas tem favorecido a reprodução de formas de gestão que mais atuam contra do que a favor das famílias.

Em suma, a realização dos PDSs tem sido tensionada pela fragmentação das políticas públicas, cujos programas chegam aos assentamentos como forma de racionalizar e controlar os recursos disponibilizados pelo Estado, e pela indefinição dos compromissos jurídicos e institucionais com as famílias para garantir as condições de implantação e titulação da área do assentamento.

Os assentados não encontram na realidade concreta correspondência para realizar as regras estabelecidas, bem como não participam destas resoluções. Sob a custódia do Estado, reproduz-se nos PDSs, exatamente, o projeto hegemônico de sociedade que se quer negar. Sua proposta compromete-se pelo descompasso existente entre a realidade da política de reforma agrária brasileira, as ações governamentais voltadas para a implantação dos projetos de assentamento e as trajetórias e experiências das famílias. Não por acaso as vivências e relações com a Agroecologia e a cooperação revelam-se contraditórias. Forjadas em uma complexa trama de relações entre os diferentes agentes responsáveis pela realização dos PDSs – Estado, movimentos sociais e assentados – retratam o difícil equilíbrio entre os interesses e imaginários em disputa.

Referências

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo, Anca/Ministério do Meio Ambiente, 2002. 24p.

BORELLI FILHO, Dorival. **A monopolização territorial e a (re) construção do território camponês em projetos de assentamento de reforma agrária**. 2014. 454p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2001. 311p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília, outubro de 2000.

BRASIL. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Brasília: IPEA, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n. 30/2006**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/196-instrucao-normativa-n-30-24022006>>. Acesso em: 22 mar. 2016a.

_____. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) - Lista Única**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/images/reforma_agraria/projetos_e_programas/relacao_beneficiarios.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016b.

_____. **Norma de Execução n. 96/2010**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais/file/117-norma-de-execucao-n-96-15092010>>. Acesso em: 22 mar. 2016c.

CAPORAL, Francisco, R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 26p.

FERRANTE, Vera L. S. B. **A chama verde dos canaviais**: uma história de lutas dos boias-frias. 1991. 524p. Tese (Livre Docência em Sociologia), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara, 1991.

GONÇALVES, José C. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**: retóricas e realidades em movimento. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LAVRATTI, Edivar C. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú**: Desafios de uma experiência de agricultura familiar na região de Ribeirão Preto. 2014. 59p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia), Universidade de Brasília, Barretos, 2014.

MAIA, Priscila O. **O PAA em um projeto de desenvolvimento sustentável**: arranjos e conflitos na produção da vida (um estudo no assentamento Sepé Tiarajú, município de Serrana e Serra Azul-SP). 2013. 127p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2013.

MELO, Thainara G. **Sentidos do trabalho e formas de participação**: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP. 2015. 186p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

RAMOS FILHO, Luiz O. **Reforma agraria y transición agroecológica en una zona de grandes monocultivos de caña de azúcar**: el caso del Asentamiento Sepé Tiaraju, región de Ribeirão Preto, Brasil. 2013. 381p. Tese (Doutorado em Agroecologia), Universidade de Córdoba, Córdoba, 2013.

SCOPINHO, Rosemeire A. **Trabalho precário, políticas públicas e insegurança social**: processos de subjetivação e ruralidades no nordeste paulista. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2016. (Relatório de Pesquisa, Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

_____. Serei também uma andorinha? Sobre as condições de inserção e permanência de jovens em assentamentos rurais. In: SEVERI, Fabiana C., ANDRADE JR, José R. P. de, SILVA, Ana P. S. da. (Orgs.). **O agrário e o ambiental no século XXI**: estudos e reflexões sobre a reforma agrária. Curitiba, CRV, 2013, p. 97-119.

_____. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012. 348p.

SEVERI, Fabiana C. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto – SP**. 2010. 312p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

VASQUEZ, Gislayne C. F. **Experiência e luta pela terra**: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. 2009. 397p. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.